



SOAMARCE INFORMA

043/2019

Nº 043/2019

25 DE JUNHO DE 2019

Mostra de desarmamento da Fragata *Niterói* F-40

A Marinha do Brasil decidiu retirar do serviço ativo da Força de Superfície, a fragata *Niterói* – F40, primeira da classe do mesmo nome, cujo projeto também foi usado para a construção do Navio Escola *Brasil*. A cerimônia da Mostra de Desarmamento será realizada no dia 28 de junho, na Base Naval do Rio de Janeiro.

MB



Fragata *Niterói* F-40

A fragata *Niterói* – F40 é o quinto navio a ostentar esse nome na Marinha do Brasil, em homenagem a cidade homônima, antiga capital do Estado do Rio de Janeiro. A *Niterói* foi a primeira de uma série de seis fragatas encomendadas em 20 de setembro de 1970 como parte do Programa de Renovação e Ampliação de Meios Flutuantes da Marinha, e a primeira construída pela Vosper Thornycroft Ltd., em Woolston, Hampshire, Inglaterra.

Teve sua quilha batida em 8 de junho de 1972, foi lançada e batizada em 8 de fevereiro de 1974. Fez-se ao mar pela primeira vez em 8 de janeiro de 1976, iniciando as provas de mar e máquinas que se estenderam até o final de maio, sob supervisão do construtor e do Grupo de Recebimento.

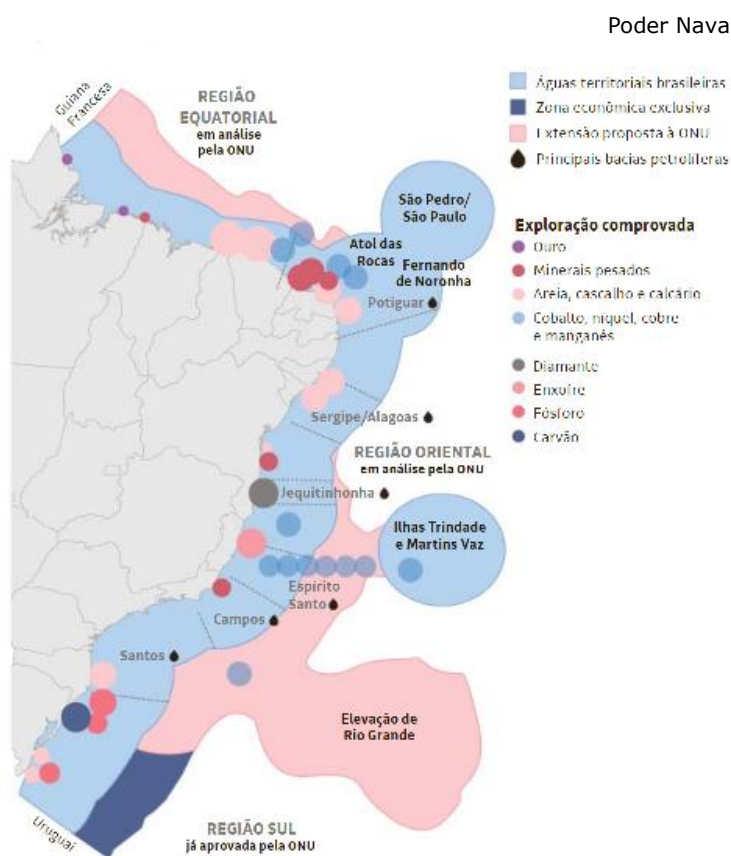
Foi aceita e incorporada em 20 de novembro de 1976 em cerimônia realizada no cais 47 do porto de Southampton. Naquela ocasião, assumiu o comando, o Capitão-de-Mar-e-Guerra João Baptista Paoliello. A fragata *Niterói* prestou relevantes serviços à Marinha e representou muito bem o País por toda a sua vida útil.

Fonte: Poder Naval

A incorporação de mais áreas marítimas traz fortes desafios para a Marinha

Em agosto, a ONU (Organização das Nações Unidas) ratificará ao Brasil o controle do primeiro dos três lotes de expansão de sua plataforma continental. Um segundo começa a ser analisado no mesmo mês e, no ano que vem, deverá ocorrer a terceira etapa. A significativa ampliação da área marítima da Amazônia Azul impõe a imperiosa necessidade de ampliar a presença naval na defesa dessas áreas com rico potencial econômico. Diante disso, aventa-se a possibilidade de rever a prioridade estratégica naval para o Atlântico Sul, ampliando a dimensão dos meios da Marinha, considerando-se inclusive a desativação de sua presença na única missão naval das Nações Unidas.

Com a descoberta do pré-sal em 2006, o Brasil acelerou o processo iniciado em 2004 para pedir o aumento da sua Zona Econômica Exclusiva, o local em que detém direitos para explorar ou conceder licença de exploração. Em 2007, a ONU concedeu 81% do que o país havia pedido, e então o governo refez a proposta. De 960 mil km², chegou em 2018 a um pedido para aumentar as águas sob sua responsabilidade de 5,7 milhões de km² (chamada Amazônia Azul por ser similar em área ao bioma homônimo em terra) em 2,15 milhões de km² (o tamanho da Arábia Saudita).



Potencial econômico da Amazônia Azul em expansão.

O lote aprovado agora é o menor, na região Sul, com 170 mil km². A seguir vem uma faixa junto à linha do Equador e, depois, a “joia da coroa”: a área oriental, que inclui a “Elevação do Rio Grande”, um platô submarino

que é visto como uma tentadora província mineral. Só ele tem 920 mil km² ricos em cobalto (jazidas hoje concentradas na conflagrada República Democrática do Congo) e talvez terras-raras (quase uma exclusividade da China). Traduzindo: matéria-prima para baterias e para a indústria de telecomunicação.

Há outras riquezas a serem exploradas. “Toda a plataforma continental brasileira, com exceção de campos de gás e petróleo atuais, é território desconhecido. Pode haver regiões ricas em recursos minerais como ouro e diamantes”, diz o professor Luís Américo Conti. O governo prevê, para 2020, licitar campos do pré-sal fora das regiões conhecidas.

E há ainda a questão da sobrepesca: segundo a ONG Ação Amigos do Oceano, ligada ao Fórum Econômico Mundial, 90% das reservas de peixes já estão exauridas, o que deve abrir novas frentes pesqueiras. Hoje, 45% do pescado consumido no Brasil vem do Atlântico Sul.

Fonte: Folha de São Paulo – Igor Gielow

